
IES Pública X IES Privada: Uma Investigação Sobre o Mito da Influência do Tipo de IES na Atuação Profissional do Contador

Orleans Silva Martins ¹

Adriana Fernandes de Vasconcelos ²

Paulo Aguiar do Monte ³

•Artigo recebido em: 15/07/2008 •• Artigo aceito em: 23/10/2008 ••• Segunda versão aceita em: 03/03/2009

Resumo

A expansão do ensino superior e o crescimento acentuado do número de cursos de Ciências Contábeis têm levado muitas pessoas a pensarem que as instituições de ensino superior públicas podem ser decisivas para a colocação de melhores profissionais no mercado de trabalho, e, conseqüentemente, levarem esses profissionais a receberem salários maiores do que aqueles formados por instituições privadas. Nesse sentido, o estudo teve como objetivo verificar se existe, de fato, diferença salarial e de perfil socioeconômico entre os profissionais contábeis formados por IES públicas e os formados por IES privadas. Para isso, foi realizada uma pesquisa de caráter exploratório-descritiva, por meio da pesquisa de campo, com aplicação de questionários a 270 contadores dos Estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte. A partir dos resultados obtidos, observou-se que a maioria dos contadores entrevistados se formou em IES públicas, 65% trabalhou a maior parte do tempo durante a realização do curso de graduação, e a maioria já concluiu ou está cursando um curso de pós-graduação. Os testes estatísticos realizados revelaram que o tipo de instituição na qual se forma o contador exerce influência sobre seu salário e sua experiência profissional, constatando a veracidade do mito sobre a influência do tipo de IES na atuação profissional do contador.

Palavras-chave: Instituição de Ensino Superior; Atuação Profissional; Contador.

¹ Mestrando em Ciências Contábeis pelo Programa Multiinstitucional e Inter-regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da UnB/UFPB/UFRN (PMIPGCC–UnB/UFPB/UFRN). Endereço: Rua Farmacêutico Antônio Leopoldo Batista, 172 - Apto. 107, Jardim São Paulo – João Pessoa/PB – CEP: 58.051-110. Tel: (83) 8892 4970 / 2108 8431. E-mail: orleansmartins@yahoo.com.br

² Mestranda em Ciências Contábeis pelo Programa Multiinstitucional e Inter-regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da UnB/UFPB/UFRN (PMIPGCC– UnB/UFPB/UFRN). Endereço: Rua Manoel Cândido Leite, 1815, Tambauzinho – João Pessoa/PB – CEP 58.042-320. Tel: (83)9342 6680. Email: adriavasconcelos@hotmail.com

³ Professor Doutor em Economia pela UFPE (UFPB) Universidade Federal da Paraíba – Centro de Ciências Sociais Aplicadas – Campus I Departamento de Economia – João Pessoa/PB – CEP 58.059-900 E-mail: pauloaguiardomonte@gmail.com

Nota: este artigo foi aceito pela Editora Científica Jacqueline Veneroso Alves da Cunha e passou por uma avaliação *double blind review*.

HEI Public X HEI Private: An Investigation on the Myth of the Influence of the Type of HEI in the Accountant's Professional Actuation

Abstract

The expansion of the higher education and the accentuated growth of the number of courses of Accounting Courses have been taking a lot of people they to think her that the public higher education institutions can be decisive for the placement of professional best in the job market and for us to make those professionals they to receive larger wages than those formed by private institutions. In that sense, the study had as objective verifies if it exists, in fact, it differentiates salary and of socioeconomic profile between the accounting professionals formed by public HEI and formed them by private HEI. For that, an exploratory-descriptive character research was accomplished, through the field research, with application of questionnaires to 270 accountants of States of the Paraíba and of the Rio Grande do Norte. Starting from the obtained results, it was observed that most of the interviewed accountants if it formed in public HEI, 65% worked most of the time during the realization of the degree course, and most already concluded or it is studying a master's degree course. The accomplished statistical tests revealed that the institution type in which is formed the accountant exercises influence on your wage and your professional experience, certifying the truthfulness of the myth on it influences of the type of HEI in the accountant's professional performance.

Keywords: Higher Education Institution; Professional Actuation; Accountant.

1. Introdução

As crescentes exigências e mudanças no mercado de trabalho, em todas as áreas do conhecimento, despertam o interesse para discussões sobre os caminhos e destinos do ensino superior no Brasil, tendo em vista a importância que as instituições de ensino têm na formação dos futuros profissionais. A esse respeito, Marion (2001, p. 11) lembra que “a universidade (ou qualquer outra instituição de ensino superior) é o local adequado para a construção do conhecimento, para a formação da competência humana”. Conquanto, Barreiro e Terribili Filho (2007) observam que no Brasil havia uma restrição ao acesso das classes sociais mais baixas à educação superior

até a década de 1960, pois a mesma restringia-se preponderantemente à iniciativa pública. No entanto, a partir da década de 1970, com crescimento do setor privado, favorecido pelas políticas definidas nos governos pós-revolução de 1964, dá-se início a um processo de expansão e popularização da educação superior no país.

Parte desse processo de expansão e popularização foi possibilitada pelas instituições de ensino superior – IES – privadas, a partir de um movimento em favor de sua criação e manutenção articulado pelo Conselho Federal de Educação do Brasil (CFE) no início da década de 1970 (ANDRADE, 2005). E esse progresso é corroborado por Souza e Nascimento (2005, p. 1) ao observarem que “o acesso à educação superior brasileira foi ampliado pelo crescente número de instituições privadas de ensino que, autorizadas e reconhecidas pelas autoridades governamentais, passam a oferecer à sociedade, nas últimas décadas, a oportunidade do ensino superior”.

No Brasil, de acordo com dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP (2005), o curso de Ciências Contábeis é ofertado em 1.002 IES, sendo em sua maioria instituições privadas. Nesse sentido, Silva *et. al.* (2005) salientam que a escolha da IES recai sobre as instituições privadas por estas praticarem exames vestibulares menos seletivos e, na maior parte, pouco exigentes. Este tipo de constatação tem estimulado as discussões acerca da importância das instituições de ensino (principalmente as públicas) na inserção de melhores profissionais no mercado de trabalho, influenciando de forma positiva suas remunerações.

Com base no exposto, a Teoria do Capital Humano enfatiza que o nível educacional influencia positivamente os salários de qualquer classe profissional. Logo, quanto maior o investimento em capital humano (aqui entendido como investimento em educação formal) melhor será a remuneração e a inserção do trabalhador no mercado de trabalho. Partindo desta premissa, este estudo busca realizar uma análise descritiva do perfil socioeconômico dos profissionais de contabilidade de dois Estados brasileiros, a fim de investigar a existência de uma possível influência do tipo de IES na qual se formou o Contador (pública ou privada) em sua atuação profissional. Para isso, foi aplicado um questionário a 270 contadores dos Estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte.

Dessa forma, a começar de uma análise das diferenças de médias observadas nas variáveis que podem ser explicadas pelo tipo de IES que o profissional concluiu seu curso (pública ou privada), parte-se da premissa de aceitação ou rejeição das seguintes hipóteses: nula (H_0): não existe diferença estatisticamente significativa entre os profissionais formados por IES públicas ou privadas; e, alternativa (H_1): existe diferença estatisticamente significativa entre os profissionais formados por IES públicas ou privadas.

$$H_0: \text{IES Pública} = \text{IES Privada} \quad H_1: \text{IES Pública} \neq \text{IES Privada}$$

Dessa forma, o objetivo deste estudo é investigar as hipóteses da influência do tipo de instituição de ensino superior na qual se formou os Contadores dos Estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte no salário e no perfil socioeconômico desses profissionais. Para tanto, busca-se responder ao seguinte problema de pesquisa: **existe diferença salarial e de perfil socioeconômico entre o profissional contábil formado por instituição de ensino superior pública e o formado por instituição ensino superior privada?**

Além desta introdução, este trabalho está dividido em mais quatro seções. A seção seguinte faz um breve relato da evolução do ensino superior de ciências contábeis no Brasil e dos fundamentos da Teoria do Capital Humano. A terceira seção reporta-se aos aspectos metodológicos e a base de dados. A quarta seção refere-se à discussão dos resultados. E, por fim, a última seção é destinada às considerações finais.

2. Revisão da literatura

2.1. Breve Relato da Evolução do Ensino Superior de Ciências Contábeis no Brasil

Há décadas estudiosos como Melis (1950) e Vlaemminck (1961 *apud* PELEIAS *et. al.*, 2007) destacam as características da evolução da Contabilidade ligadas às manifestações históricas das civilizações e, correlacionadas

à evolução da Economia, associando-as ao progresso da própria humanidade. Algumas décadas após esta constatação, Schmidt (2000) observara que a Contabilidade se manifestou antes mesmo de o homem desenvolver a civilidade, e, assim como o homem progrediu, a Contabilidade perseguiu sua evolução, uma vez que esta é necessária ao progresso da humanidade.

Associada a esta evolução observou-se a evolução do profissional responsável pelo registro das transações comerciais realizadas no decorrer das últimas décadas. No Brasil, os registros da existência da Contabilidade datam desde a promulgação do Código Comercial Brasileiro, no ano de 1850, ao passo que, mesmo antes de serem organizadas as primeiras escolas técnicas comerciais, já se praticava a Contabilidade pela figura do então “guarda-livros”, profissional definido no Art. no. 74 do Código Comercial como aquele encarregado de registrar as transações dos estabelecimentos da época (GOMES, 1979).

Arelado a esse conjunto de mudanças, no começo do século XIX, pode-se observar no Brasil o início do ensino da Contabilidade com a instituição formal das Aulas de Comércio e do Instituto Comercial do Rio de Janeiro, semeado a partir da chegada da Família Real Portuguesa ao Brasil, em 1808. Entretanto, é apenas no século XX que puderam ser observados no país o ensino comercial, os cursos profissionalizantes a criação dos cursos de nível superior e de pós-graduação *stricto sensu* em Contabilidade (PELEIAS *et. al.*, 2007). Ainda no século XX, em um cenário de crescentes esforços pela industrialização do país e de continuidade do nacionalismo de cunho pragmático, personalizados principalmente durante os governos dos presidentes Juscelino Kubitschek e Getúlio Vargas, surgiu, por meio do Decreto-Lei nº. 7.988, de 22 de setembro de 1945, o curso superior de Ciências Contábeis e Atuariais, com duração de 4 (quatro) anos, concedendo o título de Bacharel em Ciências Contábeis aos seus concluintes (PELEIAS *et. al.*, 2007).

Nesse sentido, seguindo a criação do curso, o Governo do Estado de São Paulo criou a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo (USP), no ano de 1946, como também o curso de Ciências Contábeis e Atuariais, cujo corpo docente era constituído fundamentalmente por grandes nomes do cenário contábil brasileiro, o que se tornou outro importante marco no ensino da Contabilidade no Brasil.

Marcado por ter surgido no Brasil em meio a um ambiente caracterizado pelos esforços pela industrialização e crescimento econômico, o curso superior de Ciências Contábeis e Atuariais pode ser visto, como os demais cursos superiores existentes àquela época, como “um dos motores do desenvolvimento econômico”. Isso é ratificado por Delors *et. al.* (2001, p. 139-140) quando observa que

o ensino superior é, em qualquer sociedade, um dos motores do desenvolvimento econômico e, ao mesmo tempo, um dos pólos da educação ao longo de toda a vida. É, simultaneamente, depositário e criador de conhecimentos. Por outro lado, é o instrumento principal de transmissão da experiência cultural e científica acumulada pela humanidade.

Assim, o curso superior de Ciências Contábeis e Atuariais veio criar recursos cognitivos necessários ao crescimento socioeconômico da nação. Nesse sentido, Bezerra, Silva e Santos (2007) asseveram que a Contabilidade, como uma ciência social historicamente desenvolvida a partir de fatos relacionados com as mudanças da sociedade, tem por finalidade gerar informações de natureza econômica, financeira e social, fidedignas, no momento oportuno, sobre os fenômenos patrimoniais. Dessa forma, em um mundo em que os recursos cognitivos tornam-se cada vez mais importantes do que os recursos materiais, a importância do ensino superior é cada vez maior, e na área das Ciências Contábeis este cenário não é diferente. Envolvida em um ambiente no qual a inovação e o progresso tecnológico são elementos sempre presentes, os usuários deste tipo de informação passam a exigir cada vez mais profissionais competentes, habilitados com estudos de nível superior, capazes de administrar as velozes mudanças apresentadas pelo mercado.

Ott e Pires (2008) observam que a Contabilidade, na condição de ciência social, sofre alterações na medida em que o ambiente no qual ela atua se modifica. Dessa forma, mudanças políticas, econômicas e sociais alteram o comportamento da sociedade com reflexos sobre a Contabilidade, que deve propiciar respostas adequadas às demandas advindas destas mudanças. Complementando o autor, Sachuk e Shinzaki (2007) asseveram que uma análise sobre as mudanças significativas ocorridas no mundo do trabalho e sobre os reflexos dessas mudanças na educação superior, com foco no

ensino de Ciências Contábeis, torna-se de extrema importância para o ensino superior público e privado.

Nesse contexto, mudanças importantes no âmbito nacional como a criação da Lei do Mercado de Capitais (Lei no. 4.728, de 14 de julho de 1965), a Lei das Sociedades Anônimas (Lei no. 6.404, de 15 de dezembro de 1976) e a aprovação dos Princípios Fundamentais de Contabilidade (Resolução CFC no. 530, de 23 de outubro de 1981 – NBC-T-1), pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, tornaram o desenvolvimento da Contabilidade no Brasil necessário, o que ocasionou impacto também na esfera do ensino superior de Ciências Contábeis do país.

A partir de então, a formação dos contadores no Brasil tem sofrido influências das alterações ocorridas no mundo dos negócios, como a globalização e o crescente surgimento das inovações tecnológicas da informação, o que têm os pressionado a buscarem formas de desenvolverem constantemente suas competências e adquirirem novas habilidades e conhecimentos para sobreviverem nesse “mercado global”, que, segundo Zarowin (1997) e Mohamed e Lashine (2003), requerem atributos como: a) habilidades de comunicação; b) habilidades computacionais; c) habilidades analíticas; d) habilidades intelectuais; e) habilidades multidisciplinares e interdisciplinares; f) conhecimentos de assuntos globais; g) qualidades pessoais; e h) pensamento crítico.

2.2. Os Contadores em Números

Segundo o CFC (2008), encontram-se registrados nos Conselhos Regionais de Contabilidade de todo o país cerca de 395.814 contabilistas. Como Contadores (nível superior), 203.910 profissionais e, como Técnicos (nível médio), 191.904 profissionais. Esses dados podem ser observados na Tabela 1.

Tabela 1 - Brasil. Profissionais ativos nos Conselhos Regionais de Contabilidade – Fevereiro de 2008

| Contadores | | Técnicos | | Total de Contabilistas | |
|------------|---------|----------|---------|------------------------|---------|
| Homens | 122.512 | Homens | 128.095 | Homens | 250.607 |
| Mulheres | 81.398 | Mulheres | 63.809 | Mulheres | 145.207 |
| Total | 203.910 | Total | 191.904 | Total | 395.814 |

Fonte: Adaptado de CFC (2008, p. 1).

Analisando os dados da Tabela 1 a partir de sua composição por gênero, nota-se que a quantidade de contabilistas homens (250.607 homens) ainda é bem superior a de mulheres (145.207 mulheres), representando uma diferença em torno de 27% em relação ao total. Todavia, em se tratando apenas dos profissionais com nível superior (contadores), este diferencial se reduz para 20%, aproximadamente.

Tendo em vista que o objeto de estudo deste trabalho é apenas os profissionais que possuem o curso superior de Ciências Contábeis (contadores), trabalhar-se-á apenas com os números representativos dessa classe profissional, ou seja, com aqueles que possuem nível superior de escolaridade, e que atuam nos Estados da Paraíba e Rio Grande do Norte. Dessa forma, tendo em vista o total de contadores dos dois Estados que compuseram a pesquisa, detalha-se sua composição na Tabela 2.

Tabela 2 - Paraíba e Rio Grande do Norte. Contadores ativos por Sexo e Região – Fevereiro de 2008

| Paraíba | | Rio Grande do Norte | | População dos dois Estados | |
|----------|-------|---------------------|-------|----------------------------|-------|
| Homens | 1.770 | Homens | 1.364 | Homens | 3.134 |
| Mulheres | 1.362 | Mulheres | 1.049 | Mulheres | 2.411 |
| Total | 3.132 | Total | 2.413 | Total | 5.545 |

Fonte: Adaptada de CFC (2008, p. 2).

A partir da observação da Tabela 2, nota-se que a representatividade percentual do número de contadores frente ao total do país é relativamente tímida, ao passo que nos dois Estados encontram-se apenas 1,4% de todos os profissionais do país, sendo 0,8% no Estado da Paraíba e de 0,6% no Estado do Rio Grande do Norte. No entanto, percebe-se que a participação feminina nos dois Estados é maior do que a média nacional, haja vista a redução do diferencial pró-homem de 20% para 13%, aproximadamente, nos dois Estados estudados.

Segundo o CFC (2008), no Brasil existem, ainda, 67.006 organizações contábeis, que incluem escritórios individuais e sociedades. Nos dois Estados, foco deste estudo, essas instituições somam um total de 1.680 organizações, sendo 770 localizadas no Estado da Paraíba e 910 no Estado do Rio Grande do Norte.

2.3. A Teoria do Capital Humano

A Teoria do Capital Humano fundamenta-se no conceito de que a aquisição de mais conhecimentos e habilidades aumenta o valor do capital humano das pessoas, aumentando sua empregabilidade, produtividade e rendimento potencial. Segundo Schultz (1961, p. 2), “investindo em si mesmas, as pessoas podem aumentar a gama de escolhas disponíveis a elas. É uma forma livre dos homens aumentarem seu bem-estar”. Dessa forma, o termo capital humano refere-se ao conjunto de capacidades produtivas dos seres humanos, formadas por seus conhecimentos, atitudes e habilidades, e que geram resultados em uma economia (BECKER, 1962; BLAUG, 1976).

Frigotto (2003) afirma que a ideia-chave dessa Teoria é a de que um acréscimo marginal de instrução, treinamento e educação, correspondem a um acréscimo marginal de capacidade de produção no indivíduo. Assim, a ideia de capital humano é uma “quantidade”, ou um grau de educação e qualificação, tomada como indicativo de um determinado volume de conhecimentos, habilidades e atitudes adquiridas, que funciona como potencializador da capacidade de trabalho e produção. A Teoria do Capital Humano prega a ampliação das habilidades dos indivíduos e da qualidade de seu trabalho como uma modalidade de investimento. Dessa forma, o treinamento, a reciclagem e a qualificação passaram a ser termos comuns no dia a dia das pessoas.

Essa Teoria enfatiza a relação direta entre trabalho e distribuição de rendimentos. Schultz (1961) observa que a educação é predominantemente uma atividade de investimento realizada para o fim de aquisição de capacitações que oferece satisfações futuras, o que incrementa rendimentos futuros. Assim sendo, quanto maior o nível educacional do indivíduo, maior tende a ser seu salário. Dessa forma, esta Teoria tem sido observada pelos governantes, a partir do momento em que os mesmos propõem políticas públicas de educação na tentativa de diminuir as desigualdades sociais.

Nesse sentido, o conjunto de postulados básicos da Teoria do Capital Humano teve profunda influência na educação brasileira, a partir dos anos 1960, com o crescimento econômico. No plano da política, o economicismo serviu às forças promotoras do golpe como estratégia de ajustar a educação à opção por um capitalismo associado e subordinado ao grande capital. A

reforma universitária de 1968 e a Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional de 1971 corporificaram a essência desse ajuste (LUCENA, 2003). No Brasil, as características do mercado foram influenciadas pela expansão da indústria e dos serviços urbanos, que passaram a demandar de forma crescente por trabalhadores qualificados. Esses indivíduos que possuíam melhores níveis de educação, por serem em número reduzido, passaram a usufruir de maiores rendimentos, de prestígio e de mobilidade para atuação profissional.

3. Metodologia da Pesquisa

3.1. Classificação da Pesquisa

Buscando proporcionar maior familiaridade com o problema, tendo em vista que o tema é pouco explorado, o estudo foi desenvolvido na forma de pesquisa exploratória. Como o estudo também busca descrever o perfil socioeconômico da população de contadores dos Estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte, estabelecendo relação entre as variáveis, ele também pode ser classificado como descritivo. Dessa forma, os resultados a serem obtidos por meio da pesquisa exploratória poderão contribuir no sentido de identificar relações existentes entre as variáveis estudadas desta determinada população (BEUREN, 2006), bem como o estudo descritivo terá como finalidade apresentar as principais características desta população.

Para viabilizar o estudo, foram utilizadas algumas técnicas de pesquisa e coleta de material. Entre esses procedimentos estão: a pesquisa bibliográfica, a partir da qual foi levantada a fundamentação teórica do estudo por meio de livros e artigos publicados sobre o tema em estudo; a aplicação de questionários, a partir do qual foram coletados os dados da amostra selecionada da população de contadores dos dois Estados; e o raciocínio indutivo, pelo qual se partiu do particular, colocando a generalização como um produto posterior do trabalho de coleta de dados particulares. A partir desse raciocínio, analisando os dados, é possível descobrir as relações existentes entre eles, procedendo, então, à generalização.

3.2. Coleta e Tratamento dos Dados

A população da pesquisa foi constituída pelos contadores dos Estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte, que, segundo dados do CFC, em fevereiro de 2008, representavam 3.132 contadores no Estado da Paraíba, e 2.413 no Estado do Rio Grande do Norte.

A amostra da pesquisa totalizou 270 contadores, o que representa cerca de 5,0% da população total dos dois Estados, sendo 154 contadores paraibanos e 116 potiguares. Esta amostra é classificada como não probabilística, pois “baseia-se na escolha aleatória dos pesquisadores, significando o aleatório que a seleção se faz de forma que cada membro da população tenha a mesma probabilidade de ser escolhido” (LAKATOS; MARCONI, 1995, p. 108).

O instrumento de coleta de dados foi o questionário, composto por questões abertas e fechadas. Em sua elaboração tomou-se o cuidado de adaptá-lo aos propósitos da pesquisa, baseando-se em Beuren (2006), realizando-se sua validação a partir da realização de um pré-teste com 5 (cinco) especialistas, objetivando dirimir as questões ambíguas ou de difícil entendimento. Em seguida, a coleta dos dados foi realizada de duas formas: via e-mail, por meio do envio dos questionários para, aproximadamente, 2.000 contadores dos dois Estados citados; e, via aplicação direta, por visitas a salas de aula de cursos de pós-graduação nas cidades de João Pessoa/PB, Cabedelo/PB e Natal/RN e, a escritórios de contabilidade, nas cidades de João Pessoa/PB, Campina Grande/PB, Natal/RN e Mossoró/RN.

Do universo de 2.000 questionários enviados por e-mail, 173 foram recebidos com respostas. Por meio da aplicação direta foram obtidos outros 97 questionários. Dessa forma, o total de respondentes e, portanto, o tamanho da amostra, foi restrito a 270 contadores (pesquisados). Na Tabela 3 pode-se observar a quantidade de contadores que responderam à pesquisa, detalhados por Estado (Paraíba ou Rio Grande do Norte) e por sexo (homens ou mulheres).

Tabela 3 - Paraíba e Rio Grande do Norte. Amostra da Pesquisa – 2008

| Paraíba | | Rio Grande do Norte | | População dos dois Estados | |
|----------|-----|---------------------|-----|----------------------------|-----|
| Homens | 81 | Homens | 73 | Homens | 154 |
| Mulheres | 73 | Mulheres | 43 | Mulheres | 116 |
| Total | 154 | Total | 116 | Total | 270 |

Fonte: Dados da Pesquisa.

Após a coleta dos dados, deu-se início ao processo de tratamento e análise dos mesmos. Primeiramente eles foram organizados e tabulados no *software* Excel, objetivando facilitar o tratamento e a análise. Em seguida, foram importados para o *software* estatístico SPSS, a partir de onde foram feitos cálculos e inferências sobre as médias das variáveis que compuseram o modelo estatístico. Assim, foram realizados os testes de normalidade de distribuição, o teste *t* para amostras independentes, e o teste de hipóteses para comprovação das variáveis que são influenciadas pelo tipo de IES que o contador se formou.

4. Apresentação e Discussão dos Dados

A partir da análise dos dados coletados, pode-se observar que, do total de 270 contadores entrevistados, 73,7% foram formados por IES públicas e, 26,3%, por IES privadas, como pode ser observado na Tabela 4.

Tabela 4 - Paraíba e Rio Grande do Norte. Representatividade das IES estudadas – 2008

| Instituição | Total | | Paraíba | | Rio Grande do Norte | |
|--------------------|-------|-------|---------|-------|---------------------|-------|
| | Abs. | % | Abs. | % | Abs. | % |
| IES Pública | 199 | 73,7 | 199 | 63,0 | 199 | 87,9 |
| IES Privada | 71 | 26,3 | 71 | 37,0 | 71 | 12,1 |
| Total | 270 | 100,0 | 270 | 100,0 | 270 | 100,0 |

Fonte: Dados da Pesquisa.

No Estado da Paraíba a proporção das IES públicas em relação às privadas é menor, observando-se que cerca de 63,0% dos contadores entrevistados foram formados por IES públicas, e apenas 37,0% por IES privadas. Já no Estado do Rio Grande do Norte esta proporção é ainda maior, com 87,9% desses profissionais formados por IES públicas, e apenas 12,1% por IES privadas.

As IES estudadas⁴ nos dois Estados foram:

⁴ As siglas referem-se à: Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Universidade Estadual da Paraíba (UEPB); Faculdade de Ciências Contábeis Luiz Mendes (LUMEN); Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ); Associação Paraibana de Ensino Renovado (ASPER); Instituto de Educação Superior da Paraíba (IESP); Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN); Universidade Potiguar (UNP); Faculdade de Natal (FAL); Centro Integrado para Formação de Executivos (FACEX).

- Paraíba: UFPB, UEPB, UNIPÊ, IESP, ASPER e LUMEN;
- Rio Grande do Norte: UFRN, UERN, UNP, FAL e FACEX.

Apesar de ter havido uma atenção especial com a busca por várias IES privadas para que a proporção entre públicas e privadas não fosse muito diferente, ainda assim essa diferença se manteve bastante significativa, principalmente no Estado do Rio Grande do Norte. Um fator que contribuiu para a permanência dessa diferença é o tempo de existência dos cursos, pois como pode ser observado na Tabela 5, cada Estado possui duas IES públicas com cursos com mais de 20 anos, e apenas uma particular em cada Estado com curso com idade aproximada.

Tabela 5 - Paraíba e Rio Grande do Norte. IES pesquisadas e ano de reconhecimento dos seus cursos – 2008

| Paraíba | | | Rio Grande do Norte | | |
|---------|-------------------------|--------------------------|---------------------|-------------------------|--------------------------|
| IES | Reconhecimento do Curso | | IES | Reconhecimento do Curso | |
| UFPB | 1960 | Decreto Lei nº 48.745/60 | UFRN | 1962 | Decreto Lei nº 813/62 |
| UEPB | 1978 | Decreto Lei nº 82.673/78 | UERN | 1987 | Portaria MEC nº 412/87 |
| UNIPÊ | 1988 | Portaria MEC nº 607/88 | UNP | 1985 | Portaria MEC nº 659/85 |
| IESP | 2002 | Portaria MEC nº 1.878/02 | FAL | 2002 | Portaria MEC nº 3.642/02 |
| ASPER | 2005 | Portaria MEC nº 2.011/05 | FACEX | 2005 | Portaria MEC nº 83/05 |
| LUMEN | 2006 | Portaria MEC nº 677/06 | | | |

Fonte: Elaboração Própria.

Dessa forma, após a tabulação das repostas dos questionários dos entrevistados nos dois Estados, a primeira variável analisada referiu-se à relação entre o tempo destinado ao estudo e ao trabalho durante a realização de seus cursos. Embora esta diferença seja pequena, pode-se observar que, de forma geral, os alunos da IES públicas são mais propensos a trabalhar durante o curso do que os alunos das IES privadas, ao passo que os alunos das IES privadas são mais propensos a se dedicar unicamente aos estudos durante o curso, como se observa na Tabela 6. Tal indicador pode ser analisado como uma complementação do estudo por meio de atividades práticas, o que é bastante importante na área objeto desta pesquisa.

Tabela 6 - Paraíba e Rio Grande do Norte. Tempo destinado ao trabalho durante a realização do curso, em percentual – 2008

| Tempo trabalhado | Total | IES Pública | IES Privada |
|--------------------------------|--------------|--------------------|--------------------|
| Não trabalhou, só estudou | 1,9 | 1,5 | 2,8 |
| Trabalhou menor parte do curso | 15,9 | 17,6 | 11,3 |
| Trabalhou metade do curso | 16,7 | 14,1 | 23,9 |
| Trabalhou maior parte do curso | 65,5 | 66,9 | 62,0 |
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Fonte: Dados da Pesquisa.

Analisando-se a relação entre estudo e trabalho, apenas no Estado da Paraíba, como pode ser observado na Tabela 7, nota-se uma pequena variação quanto à dedicação ao trabalho pelos ex-alunos desse Estado, apresentando uma redução do percentual de contadores que trabalharam a maior parte do curso, principalmente nos formados por IES públicas, denotando maior dedicação aos estudos por estes profissionais.

Tabela 7 - Paraíba. Tempo destinado ao trabalho durante a realização do curso, em percentual – 2008

| Tempo trabalhado | PB | IES Pública | IES Privada |
|--------------------------------|-----------|--------------------|--------------------|
| Não trabalhou, só estudou | 2,0 | 1,0 | 3,5 |
| Trabalhou menor parte do curso | 20,1 | 24,7 | 12,3 |
| Trabalhou metade do curso | 20,8 | 19,6 | 22,8 |
| Trabalhou maior parte do curso | 57,1 | 54,7 | 61,4 |
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Fonte: Dados da Pesquisa.

Já no Estado do Rio Grande do Norte, a relação entre estudo e trabalho apresentada pelos entrevistados é mais intensa, como se observa na Tabela 8. Nesse Estado, os alunos tendem a dividir seu tempo de estudo com o trabalho mais frequentemente, principalmente os das IES públicas. Observa-se que cerca de 76,7% dos profissionais desse Estado trabalharam durante a maior parte do tempo de realização de seus cursos, enquanto apenas 1,7% desses profissionais tinham dedicação exclusiva aos estudos.

Tabela 8 - Rio Grande do Norte. Tempo destinado ao trabalho durante a realização do curso, em percentual – 2008

| Tempo trabalhado | RN | IES Pública | IES Privada |
|--------------------------------|-----------|--------------------|--------------------|
| Não trabalhou, só estudou | 1,7 | 2,0 | 0,0 |
| Trabalhou menor parte do curso | 10,4 | 10,8 | 7,1 |
| Trabalhou metade do curso | 11,2 | 8,8 | 28,6 |
| Trabalhou maior parte do curso | 76,7 | 78,4 | 64,3 |
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Fonte: Dados da Pesquisa.

Estes percentuais observados na relação entre estudo e trabalho apresentada pelos contadores dos dois Estados também são influenciados pelo fato de o curso de Ciências Contábeis ser ligado à área de negócios, ou seja, um curso que apresenta forte relação com o mercado de trabalho e em virtude de, na maioria das vezes, ser ofertado no período noturno, justamente por ter parcela do seu público alvo formado por pessoas que já estão inseridas no mercado de trabalho.

Ao analisar a variável grau de qualificação dos profissionais entrevistados, pode-se observar que o grau que possui maior representatividade entre os entrevistados é a graduação, ou seja, aqueles profissionais que possuem apenas a graduação em Ciências Contábeis (39,6%), como podem ser observados na Tabela 9.

Tabela 9 - Paraíba e Rio Grande do Norte. Grau de qualificação dos profissionais da amostra, em percentual – 2008

| Qualificação | Total | IES Pública | IES Privada |
|---------------------------|--------------|--------------------|--------------------|
| Graduação | 39,6 | 44,2 | 26,8 |
| Mais de uma graduação | 5,2 | 4,5 | 7,1 |
| Especialização (em curso) | 23,0 | 17,6 | 38,0 |
| Especialista | 22,2 | 23,1 | 19,7 |
| Mestrado (em curso) | 5,2 | 6,1 | 2,8 |
| Mestre | 4,4 | 4,0 | 5,6 |
| Doutor | 0,4 | 0,5 | 0,0 |
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Fonte: Dados da Pesquisa.

Esse percentual de graduados é composto, principalmente, por contadores formados por IES públicas, o que denota maior comodismo por parte desses profissionais quando se trata de sua qualificação profissional. Não obstante, observa-se que cerca de 27,0% dos profissionais já possuem um título de pós-graduação (Especialização, Mestrado ou Doutorado), e outros 28,2% estão cursando uma pós-graduação (Especialização ou Mestrado em curso), o que denota a preocupação da maioria desses profissionais com a constante qualificação profissional.

Os profissionais formados por IES privadas buscam a realização de outra graduação com maior frequência que os formados pelas públicas (7,1% a 4,5%, respectivamente), assim como a atual busca por cursos de especialização (38,0% a 17,6%). Isso pode ser explicado pelas constantes campanhas de fidelização dos alunos “clientes” das instituições privadas. No entanto, observa-se que os contadores formados por IES públicas são mais frequentes nos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, que envolvem o mestrado e o doutorado.

No Estado da Paraíba, na relação do grau de qualificação com a IES que o profissional se formou, merece destaque o fato de o percentual de profissionais com apenas uma graduação ser significativamente menor do que o percentual da amostra (22,1% a 39,6%), além de o Estado possuir um percentual maior de profissionais que já fizeram ou estão fazendo um curso de pós-graduação (72,7% a 55,2%), como pode ser observado na Tabela 10.

Tabela 10 - Paraíba. Grau de qualificação dos profissionais da amostra – 2008

| Qualificação | PB | IES Pública | IES Privada |
|---------------------------|-----------|--------------------|--------------------|
| Graduação | 22,1 | 24,7 | 17,5 |
| Mais de uma graduação | 5,2 | 6,2 | 3,5 |
| Especialização (em curso) | 33,8 | 26,8 | 45,6 |
| Especialista | 28,6 | 30,9 | 24,6 |
| Mestrado (em curso) | 4,5 | 5,2 | 3,5 |
| Mestre | 5,2 | 5,2 | 5,3 |
| Doutor | 0,6 | 1,0 | 0,0 |
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Fonte: Dados da Pesquisa.

Já no Estado do Rio Grande do Norte o percentual de profissionais que possuem apenas a graduação em Ciências Contábeis é bem maior do que no Estado da Paraíba (62,9% a 22,1%). Observa-se na Tabela 11 que aproximadamente 62,9% dos profissionais desse Estado possuem apenas uma graduação, enquanto que apenas 17,3% possuem um curso de pós-graduação (Especialização ou Mestrado), e outros 14,65% ainda estão cursando uma pós-graduação (Especialização ou Mestrado em curso). Este quadro pode ser explicado pela pequena quantidade de cursos de pós-graduação que são oferecidos atualmente nesse Estado, inclusive, no âmbito de especialização. Os cursos de especialização mais antigos também foram oferecidos por IES públicas, o que pode explicar a alta relação entre os profissionais formados por essas IES e o percentual de pós-graduados que foi observado no Estado. Portanto, apenas recentemente as IES privadas passaram a ofertar este tipo de curso.

Tabela 11 - Rio Grande do Norte. Grau de qualificação dos profissionais da amostra, em percentual – 2008

| Qualificação | RN | IES Pública | IES Privada |
|---------------------------|-----------|--------------------|--------------------|
| Graduação | 62,9 | 62,8 | 64,3 |
| Mais de uma graduação | 5,2 | 2,9 | 21,5 |
| Especialização (em curso) | 8,6 | 8,8 | 7,1 |
| Especialista | 13,8 | 15,7 | 0,0 |
| Mestrado (em curso) | 6,0 | 6,9 | 0,0 |
| Mestre | 3,5 | 2,9 | 7,1 |
| Doutor | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Fonte: Dados da Pesquisa.

Outra variável analisada foi a relação entre a remuneração apresentada pelos profissionais e o tipo de IES na qual eles se formaram. A partir do valor do salário mínimo vigente no período de aplicação dos questionários, R\$ 380,00, dispuseram-se sete faixas salariais aos respondentes, sendo a primeira representando os desempregados, da segunda a sexta uma progressão de 2 em 2 (dois em dois) salários, e a última de 10 (dez) a 20 (vinte) salários. O percentual de respondentes apresentado por cada faixa salarial é apresentado na Tabela 12.

Tabela 12 - Paraíba e Rio Grande do Norte. Faixas salariais dos profissionais da amostra segundo IES, em percentual – 2008

| Faixas salariais | | Geral | IES Pública | IES Privada |
|------------------|-------|-------|-------------|-------------|
| Desempregado | | 6,7 | 5,0 | 11,3 |
| 0,01 | 1,99 | 21,1 | 21,1 | 21,1 |
| 2,00 | 3,99 | 33,7 | 30,7 | 42,3 |
| 4,00 | 5,99 | 13,7 | 16,1 | 7,0 |
| 6,00 | 7,99 | 7,0 | 7,5 | 5,6 |
| 8,00 | 9,99 | 4,8 | 6,0 | 1,4 |
| 10,00 | 20,00 | 13,0 | 13,6 | 11,3 |
| Total | | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Fonte: Dados da Pesquisa.

A partir da Tabela 12 pode-se observar que, das sete faixas salariais, os profissionais das IES públicas apresentaram vantagem em cinco (nas faixas de salário mais elevadas), empataram “tecnicamente” em uma (de 0,01 a 1,99 salários), e ficaram atrás dos formados pelas IES privadas em apenas uma delas (de 2,00 a 3,99 salários). Ainda nessa tabela pode-se observar que o percentual de desempregados é menor entre os formados por IES públicas que entre os formados pelas IES privadas (5,0% a 11,3%). Em suma, pode-se observar que os profissionais formados por IES públicas tendem a ter maiores salários que os formados por IES privadas. Estes resultados podem estar refletindo o impacto do capital humano formado pelas instituições de ensino superior e da inserção no mercado de trabalho, conforme expõe a Teoria do Capital Humano.

No Estado da Paraíba esta relação se apresenta de forma similar, apenas com uma pequena melhora dos percentuais apresentados pelas IES públicas. Nesse Estado há a vantagem dos formados por IES públicas em seis das sete faixas salariais (tendo em vista a quantidade menor de desempregados), ficando atrás dos formados pelas IES privadas em apenas uma das faixas (de 2,00 a 3,99 salários), como se observa na Tabela 13. Novamente, destaca-se que o diferencial de salário pró-instituição pública é maior nas faixas mais elevadas de rendimento.

Tabela 13 - Paraíba. Faixas salariais dos profissionais da amostra segundo IES, em percentual–2008

| Faixas salariais | PB | IES Pública | IES Privada |
|------------------|-------|-------------|-------------|
| Desempregado | 8,4 | 5,2 | 14,0 |
| 0,01 1,99 | 23,4 | 25,8 | 19,3 |
| 2,00 3,99 | 32,5 | 27,8 | 40,3 |
| 4,00 5,99 | 10,4 | 11,3 | 8,8 |
| 6,00 7,99 | 7,1 | 9,3 | 3,5 |
| 8,00 9,99 | 4,5 | 6,2 | 1,8 |
| 10,00 20,00 | 13,7 | 14,4 | 12,3 |
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Fonte: Dados da Pesquisa.

Já no Estado do Rio Grande do Norte essa relação é mais equilibrada. Observando a Tabela 14, pode-se inferir que, em média, os formados por IES públicas possuem uma pequena vantagem salarial sobre os formados por IES privadas, mesmo estas últimas tendo apresentando vantagens em relação a quatro das sete faixas salariais (tendo em vista não possuir desempregados). Isso é justificável pelo fato de os formados por IES públicas apresentarem vantagens nas maiores faixas salariais. Não obstante, não se observou profissionais formados por IES privadas desempregados, nem presentes em duas das sete faixas salariais. Este desvio se deve ao fato do reduzido número de contadores formados por IES privadas encontrados durante a pesquisa. Dessa forma, devem-se considerar os resultados observados nas duas tabelas anteriores, estendendo para este Estado as observações realizadas nas referidas tabelas, levando-se em conta as semelhanças regionais, econômicas e profissionais que os dois Estados estudados apresentam.

Tabela 14 - Rio Grande do Norte. Faixas salariais dos profissionais da amostra segundo IES, em percentual – 2008

| Faixas salariais | RN | IES Pública | IES Privada |
|------------------|-------|-------------|-------------|
| Desempregado | 4,3 | 4,9 | 0,0 |
| 0,01 1,99 | 18,1 | 16,7 | 28,6 |
| 2,00 3,99 | 35,3 | 33,3 | 50,0 |
| 4,00 5,99 | 18,1 | 20,6 | 0,0 |
| 6,00 7,99 | 6,9 | 5,9 | 14,3 |
| 8,00 9,99 | 5,2 | 5,9 | 0,0 |
| 10,00 20,00 | 12,1 | 12,7 | 7,1 |
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Fonte: Dados da Pesquisa.

4.1. Análise Estatística

Com o objetivo de ratificar os resultados observados nas tabelas anteriores, foram realizados testes estatísticos, como o teste *t* de *Student* para amostras independentes, tendo em vista que apenas a análise dos percentuais não é um parâmetro de análise seguro, pois as variáveis podem apresentar dispersões diferentes, o que prejudicaria a análise.

Para determinação do teste estatístico a ser realizado, foi considerada a forma de distribuição dos elementos da amostra em torno da média. Para isso, foi realizado o teste de normalidade de *Kolmogorov-Smirnov*, que revelou um $p < 0,001$ para todas as variáveis, denotando a existência da distribuição normal. Essa afirmação ainda pode ser ratificada por Kazmier (1982, p. 129), quando observa que “o uso da distribuição normal na estimação da média populacional é garantido para qualquer grande amostra ($n \geq 30$), sendo-o para uma pequena amostra ($n \leq 30$) somente se a população for normalmente distribuída e σ for desconhecido”. Dessa forma, de acordo com o autor supracitado, uma distribuição *t* é apropriada para inferências sobre a média sempre quando σ for conhecido e a população normalmente distribuída.

Com auxílio do *software* estatístico SPSS foram calculadas as médias e os desvios padrão das variáveis, expostos na Tabela 15, a fim de verificar se estas podem inferir que os alunos formados por IES pública possuem, em média, uma pequena vantagem sobre os alunos formados por IES privadas quando se trata de remuneração profissional.

Tabela 15 - Paraíba e Rio Grande do Norte. Médias e desvios-padrão das variáveis

| Variáveis | Instituição | N | Mean | Std. Deviation | Std. Error Mean |
|--|-------------|-----|------|----------------|-----------------|
| Salário | IES Pública | 199 | 3,72 | 1,755 | 0,124 |
| | IES Privada | 71 | 3,24 | 1,694 | 0,201 |
| Aperfeiçoamento | IES Pública | 199 | 2,56 | 1,597 | 0,113 |
| | IES Privada | 71 | 2,82 | 1,397 | 0,166 |
| Estudava Trabalhando | IES Pública | 199 | 3,46 | 0,833 | 0,059 |
| | IES Privada | 71 | 3,45 | 0,807 | 0,096 |
| Sexo | IES Pública | 199 | 1,45 | 0,499 | 0,035 |
| | IES Privada | 71 | 1,37 | 0,485 | 0,058 |
| Trabalha na atual empresa desde antes da Formatura | IES Pública | 199 | 1,51 | 0,501 | 0,036 |
| | IES Privada | 71 | 1,45 | 0,501 | 0,059 |
| Experiência (anos de formado) | IES Pública | 199 | 6,55 | 6,351 | 0,450 |
| | IES Privada | 71 | 4,75 | 4,391 | 0,521 |

Fonte: Dados da Pesquisa.

A partir do teste de médias pode-se observar que os profissionais formados por IES públicas apresentaram uma pequena vantagem sobre os formados por IES privadas nas variáveis: Salário, Estudar trabalhando, Sexo, Trabalhar, na atual empresa desde antes da formatura, e experiência. Já os formados por IES privadas apresentaram média superior apenas na variável Aperfeiçoamento.

A fim de testar as médias observadas de cada variável, foi realizado o teste *t* de *Student* para amostras independentes. A Tabela 16 contém os resultados do teste escolhido, calculados de dois modos distintos: assumindo a igualdade de variâncias e assumindo que as variâncias são desiguais. Para decidir qual dos valores de *t* utilizar, deve-se considerar o valor da significância do teste de *Levene*, ou seja, se esse valor for $\leq 0,05$, então, rejeita-se a igualdade de variâncias e deve-se assumir os resultados do teste *t* para variâncias desiguais.

Tabela 16 - Paraíba e Rio Grande do Norte. Teste de igualdade de médias

| Variáveis | | Levene's Test* | | Teste de igualdade de médias | | | |
|--|---------------------|----------------|-------|------------------------------|-------|------------------------------|-------|
| | | F | Sig. | <i>t</i> | Sig. | Intervalo de confiança (95%) | |
| Salário | Igual variância | 2,236 | 0,136 | 2,014 | 0,045 | 0,011 | 0,958 |
| | Diferente variância | | | 2,048 | 0,043 | 0,016 | 0,952 |
| Aperfeiçoamento | Igual variância | 11,249 | 0,001 | -1,188 | 0,236 | -0,675 | 0,167 |
| | Diferente variância | | | -1,266 | 0,208 | -0,651 | 0,143 |
| Estudava Trabalhando | Igual variância | 0,426 | 0,515 | 0,102 | 0,919 | -0,213 | 0,237 |
| | Diferente variância | | | 0,103 | 0,918 | -0,211 | 0,234 |
| Sexo | Igual variância | 8,404 | 0,004 | 1,257 | 0,210 | -0,049 | 0,221 |
| | Diferente variância | | | 1,274 | 0,205 | -0,048 | 0,220 |
| Trabalha na atual empresa desde antes da Formatura | Igual variância | 1,734 | 0,189 | 0,820 | 0,413 | -0,080 | 0,193 |
| | Diferente variância | | | 0,820 | 0,414 | -0,080 | 0,194 |
| Experiência (anos de formado) | Igual variância | 6,406 | 0,012 | 2,214 | 0,028 | 0,200 | 3,413 |
| | Diferente variância | | | 2,623 | 0,009 | 0,447 | 3,165 |

Fonte: Elaboração própria. * Teste de igualdade de variância.

A partir da Tabela 16, procedeu-se uma análise da significância de cada variável de forma individual. Em estatística, um resultado é significativo se for improvável que tenha ocorrido por acaso. A significância de um teste é a probabilidade máxima de rejeitar acidentalmente uma hipótese nula verdadeira. Para isso, adotou-se o nível de significância $\alpha = 0,05$, estipulando o grau de liberdade de 5% para o modelo. Dessa forma, os valores expressos confirmam que, assumindo um nível de significância 0,05 e um “t” tabelado de 1,96, as variáveis que são influenciadas pelo tipo de IES que o entrevistado concluiu seu curso são: “Salário” e “Experiência”, pois, como se pode notar na Tabela 17, os valores de seus “t” calculados encontram-se na área de rejeição da hipótese nula, indicando que as diferenças entre as médias são demasiadamente grandes para serem atribuídas ao acaso.

Tabela 17 - Paraíba e Rio Grande do Norte. Testes de hipóteses

| Variáveis | Hipóteses | T tabelado | T calculado | Hipótese Aceita |
|----------------------------------|--|------------|-------------|-----------------|
| Salário | H_0 : IES Pública = IES Privada | 1,96 | 2,014 | H_1 |
| | H_1 : IES Pública \neq IES Privada | | | |
| Aperfeiçoamento | H_0 : IES Pública = IES Privada | -1,96 | -1,266 | H_0 |
| | H_1 : IES Pública \neq IES Privada | | | |
| Estudava Trabalhando | H_0 : IES Pública = IES Privada | 1,96 | 0,102 | H_0 |
| | H_1 : IES Pública \neq IES Privada | | | |
| Sexo | H_0 : IES Pública = IES Privada | 1,96 | 1,274 | H_0 |
| | H_1 : IES Pública \neq IES Privada | | | |
| Trabalhava antes da Formatura | H_0 : IES Pública = IES Privada | 1,96 | 0,820 | H_0 |
| | H_1 : IES Pública \neq IES Privada | | | |
| Experiência (anos de Formado) | H_0 : IES Pública = IES Privada | 1,96 | 2,623 | H_1 |
| | H_1 : IES Pública \neq IES Privada | | | |

Fonte: Dados da Pesquisa.

Para concluir, os resultados da análise estatística ratificaram a análise descritiva no referente ao diferencial salarial apresentado entre os contadores formados pelas instituições privadas e pelas instituições públicas, com vantagem para esta última. Ademais, um outro indicador de capital humano importante e significativo estatisticamente na determinação dos salários foi a experiência profissional (mensurada pelos anos de formação acadêmica) do contador; não sendo verificado, neste estudo, fatores de uma possível discriminação sexual.

5. Considerações Finais e Limitações do Estudo

Este trabalho procurou analisar o perfil socioeconômico do profissional de contabilidade por intermédio da investigação de uma possível diferenciação salarial entre o profissional contábil formado por Instituição de Ensino Superior pública e o formado por Instituição Ensino Superior privada.

Por meio dos resultados obtidos com a aplicação de 270 questionários (154 contadores paraibanos e 116 potiguares), buscou-se ilustrar importantes aspectos relativos à formação acadêmica dos contadores nos Estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte.

As principais conclusões encontradas com a análise dos questionários aplicados foram:

1. A quantidade de contadores formados por IES públicas ainda é bastante superior aos formados por IES privadas. Apesar de o número de IES privadas que ofertam o curso de Ciências Contábeis hoje no Brasil ser bastante superior, essa supremacia dos formados por IES públicas é explicada pelo maior tempo de existência dos cursos das IES públicas;
2. Grande quantidade de profissionais que trabalhavam durante a realização de seus cursos, com mais de 65% desses profissionais trabalhando durante a maior parte do tempo de realização do curso, o que demonstra a intensa proximidade da profissão com o mercado de trabalho; e explica a grande oferta de cursos no período noturno;
3. Do total de entrevistados, aproximadamente 40% possuem apenas o curso de graduação em Ciências Contábeis. No entanto, cerca de 27% dos profissionais já possuem um título de pós-graduação, e outros 28% estão cursando uma pós-graduação, o que denota a preocupação da maioria desses profissionais com constante qualificação profissional;
4. Em relação à remuneração, observa-se uma significativa vantagem dos profissionais formados por IES públicas comparativamente aos formados pelas IES privadas. Estes apresentaram vantagens em cinco das sete faixas salariais analisadas, além de terem apresentado menor percentual de desempregados.

5. Pela aplicação do teste de igualdade de médias, foi confirmado que o local de formação acadêmica (IES pública ou IES privada) é variável importante de diferencial salarial dos contadores, assim como a experiência profissional (mensurada pelos anos de formação acadêmica) do contador.

As conclusões acima mencionadas parecem confirmar o mito de que o tipo de IES onde o profissional se forma influencia em sua atuação profissional. Tal fato pode estar diretamente relacionado à qualidade do capital humano agregado ao profissional de contabilidade, em especial, devido à sua formação acadêmica e à sua experiência prática no exercício da contabilidade.

Por fim, uma limitação apresentada pelo estudo é referente ao reduzido número de contadores formados por IES privadas que compuseram a amostra no Estado do Rio Grande do Norte. Isso pode ter prejudicado a análise em alguns momentos; no entanto, é fato que este reduzido número foi influenciado pelas “recentes” existências de cursos particulares naquele Estado. Dessa forma, e levando-se em conta as semelhanças sociais, políticas e econômicas dos dois Estados estudados, conclui-se que esta limitação não invalida o estudo. Sendo assim, sugere-se que sejam realizados novos estudos a partir deste, a fim de constatar novas tendências.

Referências

- ANDRADE, Murilo Martins. *Competências requeridas pelos gestores de instituições de ensino superior privadas: um estudo em Curitiba e região metropolitana*. 2005. 173f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia). Curso de Pós-Graduação em Tecnologia, Centro de Educação Tecnológica do Paraná, Curitiba, 2005.
- BARREIRO, Iraide Marques de Freitas; TERRIBILI FILHO, Armando. Educação superior no período noturno no Brasil: políticas, intenções e omissões. *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 54, p. 81-102, jan./mar. 2007.
- BECKER, Gary See. Investment in human capital: a theoretical analysis. *The Journal of Political Economy*, Chicago, v. 70, n. 5, p. 9-49, Oct. 1962.
- BEUREN, Ilse Maria (Org.). *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BEZERRA, Dayvison Spindola Soares; SILVA, Daniele Ferreira da; SANTOS, Josenildo dos. Uma abordagem histórica acerca dos avanços contábeis decorrentes das reformas implementadas pelo Marquês de Pombal na administração fazendária do Brasil – Colônia de 1777 a 1808. In: ANPCONT, 2., Salvador. *Anais...* Salvador: ANPCONT, 2007.

BLAUG, Mark. The empirical status of human capital theory: a slightly jaundiced survey. *Journal of Economic Literature*, Nashville, v. 14, n. 3, p. 827-855, Sept. 1976.

BRASIL. Lei nº. 4.728, de 14 de julho de 1965. Disciplina o mercado de capitais e estabelece medidas para o seu desenvolvimento. Brasília, 1965.

_____. Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Brasília, 1976.

CFC – CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução no. 530, de 23 de outubro de 1981. Aprova Princípios Fundamentais de Contabilidade – Norma NBC-T1. Rio de Janeiro, 1981. _____. Dados estatísticos: fevereiro de 2008. Disponível em: <<http://www.cfc.org.br/conteudo.aspx?codMenu=64>>. Acesso em: 18 fev. 2008.

DELORS, Jacques *et. al.* *Educação: um tesouro a descobrir – Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre educação para o século XXI*. 6. ed. São Paulo: Cortez. Brasília: UNESCO/MEC, 2001.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e crise do capitalismo real*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

GOMES, Josir Simeone. A profissão contábil no Brasil: uma visão crítica. *Revista de Administração de Empresa*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 99-108, abr./jun. 1979.

INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. Censo da Educação Superior: sinopse estatística 2005. Disponível em: <<http://www.publicacoes.inep.gov.br/detalhes.asp?pub=4281>>. Acesso em: 25 abr. 2008.

KAZMIER, Leonard J. *Estatística aplicada à economia e administração*. Trad. Carlos Augusto Crusius. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1982.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Metodologia do trabalho científico*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

LUCENA, Carlos Alberto. A Teoria do Capital Humano: história, trabalho e capacitação dos trabalhadores. In: CONGRESSO DE PESQUISA E ENSINO EM EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS, 2., 2003, Uberlândia. *Anais...* Uberlândia: 2003.

MARION, José Carlos. *O ensino da Contabilidade*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MOHAMED, Ehab K. A.; LASHINE, Sherif F. Accounting knowledge and skills, and challenges of a global business environment. *Managerial Finance*, v. 29, n. 72, p. 3-16, 2003.

OTT, Ernani; PIRES, Charline Barbosa. Um estudo sobre o Mercado de trabalho para contadores na região metropolitana de Porto Alegre – RS. In: EnANPAD, 32., Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPAD, 2008.

PELEIAS, Ivam Ricardo et al. Evolução do ensino da Contabilidade no Brasil: uma análise histórica. *Revista Contabilidade e Finanças*, São Paulo, Edição 30 Anos Dourados, p. 19-32, jun. 2007.

SACHUK, Maria Iolanda; SHINZAKI, Keiko. Projetos pedagógicos dos cursos de Ciências Contábeis: depositários ou criadores de conhecimento? *Contabilidade Vista & Revista*, Belo Horizonte, v. 18, n. 4, p. 105-128, out./dez. 2007.

SCHMIDT, P. *História do pensamento contábil*. Porto Alegre: Bookman, 2000.

SCHULTZ, T. W. Investment in human capital. *The American Economic Review*, Cambridge, v. 51, n. 1, p. 1-17, Mar. 1961.

SILVA, Walmir Rufino da et. al. Escolha do curso de administração: uma análise comparativa entre uma instituição pública e uma instituição privada. In: EnANPAD, 29., Brasília. *Anais...* Brasília: ANPAD, 2005.

SOUZA, Marcos Antônio de; NASCIMENTO, Claudinei de Lima. Qualidade do ensino superior em Ciências Contábeis: um diagnóstico das instituições localizadas na região Norte do Estado do Pará. In: EnANPAD, 29., Brasília. *Anais...* Brasília: ANPAD, 2005.

ZAROWIN, Stanley. Finance's future: challenge or threat? *Journal of Accountancy*, v. 183, n. 4, p. 38-42. Apr. 1997.